



**“NOS PLÁCIDOS CAMPOS DO PAPEL, AOS GOLPES DA PENA”:
ISABEL GONDIM E A RECEPÇÃO DOS LIVROS ESCOLARES DE
HISTÓRIA DO BRASIL (1873-1913)**

***“IN THE PLACID FIELDS OF PAPER, WITH THE STROKES OF THE
PEN”: ISABEL GONDIM AND THE RECEPTION OF SCHOOLBOOKS
ON THE HISTORY OF BRAZIL (1873-1913)***

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Ane Luíse Silva Mecenass Santos²

RESUMO: Isabel Gondim (1839-1933) foi uma professora primária, autora de livros escolares sobre a educação da infância feminina e a história pátria, além de ter sido sócia do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Neste artigo temos como escopo a análise da recepção crítica dos livros escolares de História do Brasil escritos pela professora Isabel Gondim no período entre 1873 e 1913. Trata-se de um momento no qual ocorreu o aumento da demanda por livros escolares de história e que resultou na constituição de uma concorrência entre os autores. Por meio do cotejo entre os livros escolares e as resenhas e notícias publicadas na imprensa brasileira, tornou-se possível entender os meandros que avalizaram a produção historiográfica da professora, tanto no âmbito das inovações metodológicas, quanto das fragilidades das narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Isabel Gondim, livros escolares, historiografia escolar, História pátria, Rio Grande do Norte.

ABSTRACT: Isabel Gondim (1839-1933) was a primary school teacher, author of schoolbooks on female childhood education and national history, in addition to being a member of the Archaeological and Geographical Institute of Pernambuco. In this article, we have as scope the analysis of the critical reception of schoolbooks on History of Brazil written by teacher Isabel Gondim in the period between 1873 and 1913. This was a time when there was an increase in the demand for history textbooks, which resulted in the creation of competition between authors. Through the comparison between the schoolbooks and the reviews and news published in the Brazilian press, it became possible to understand the intricacies that endorsed the teacher's historiographic production, both in the scope of methodological innovations, as well as the weaknesses of the narratives.

KEYWORDS: Isabel Gondim, schoolbooks, school historiography, Homeland history, Rio Grande do Norte.

¹ Doutorado em História pela Programa de pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação pelo Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: magnohistoria@gmail.com

²Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba e graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ane.mecenas@ufrn.br



INTRODUÇÃO

O emergir da Primeira República no Brasil marcou a confluência de novas demandas historiográficas, tanto no âmbito da investigação histórica, quanto do ensino. A ebulição dessas novas ideias atinentes aos fazeres historiográficos também repercutiu no emergir de novos sujeitos, autores de livros escolares, que oriundos de diferentes espaços institucionais do país, passaram a pensar a escrita da história para públicos totalmente diversos. A história tornava-se um elemento central para amalgamar a forja de uma nação republicana.

Neste sentido, a produção de narrativas históricas ao longo dos primeiros decênios republicanos foi marcada por uma dimensão polimórfica e polissêmica, na qual foram atribuídas diferentes funções para o conhecimento histórico, como a legitimação do novo regime político a partir da elaboração de biografias de heróis,³ a invenção de um passado perpassado por experiências republicanas,⁴ a proliferação de narrativas históricas com perspectivas federalistas e uma acentuada preocupação com a questão do ensino de história.⁵ Como código disciplinar na cultura escolar,⁶ a História foi pensada por um vasto grupo de intelectuais responsáveis pela construção de propostas sobre o papel da componente curricular no processo de formação do cidadão republicano e sobre as estratégias de produção de narrativas escolares que tornassem o passado da nação inteligível para crianças e jovens.

Nesse contexto marcado por questionamentos e renovação das práticas de ensino da História, uma professora primária do Rio Grande do Norte notabilizou-se como uma das mais profícuas escritoras de livros escolares nos últimos decênios do Império e da Primeira República. Isabel Urbana Carneiro de Albuquerque Gondim, nascida na vila de Papari,⁷ nos

³ Dois exemplos dessa preocupação em construir esse modelo de narrativa escolar são os livros de “A história do Brasil ensinada a partir das biografias de seus heróis”, de Sílvio Romero (1890) e a Biografia de Brasileiros Ilustres, escrita pelo jesuíta italiano Raphael Galante (SANTOS, 2020).

⁴ Sobre o processo de reescrita da história do Brasil, em âmbito escolar, no período republicano, é possível identificar uma série de pensadores da história, como Esmeralda Masson de Azevedo, João Ribeiro, Laudelino Freire, Felisbela Freire e José Scaramelli.

⁵ A questão do ensino da história, já mobilizada por intelectuais como Rui Barbosa desde a década de 80 do oitocentos (SANTOS, 2019), foi enfrentada ao longo do período da Primeira República, por meio de pensadores da educação e da história como Manoel Bonfim, Balthazar Góis, Nestor Lima e Helvécio de Andrade (SANTOS, 2021).

⁶ Neste artigo a cultura escolar foi acionada a partir da perspectiva defendida por Dominique Julia, ou seja, “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p. 10).

⁷ Atualmente é a cidade de Nísia Floresta.



idos de 1833, atuou na docência nas escolas primárias de Natal, ao longo de grande parte da segunda metade do oitocentos, levando-se em consideração que ela foi concursada para a cadeira de ensino primário em 1866 e aposentou-se apenas em 1891 (MORAIS, 2003). Além disso, a partir do último quartel do oitocentos, a docente passou a escrever livros escolares, destinados à formação de suas alunas e, notadamente, ao ensino de história pátria. No campo da história, ela escreveu sobre temas relevantes da experiência histórica do século XIX, como a sedição de 1817, a Guerra do Paraguai e a história pátria. Trata-se, portanto, de uma intelectual que pensou o passado da nação.

Dessa forma, esse artigo tem como escopo problematizar a recepção⁸ dos livros escolares escritos pela autora no período entre 1873 e 1913. Por meio do cotejo entre os livros escolares e as resenhas publicadas em periódicos brasileiros, torna-se possível entender a avaliação dos escritos de Gondim no tocante às inovações metodológicas, a construção da concepção de história e a mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação. Além disso, permite vislumbrar as críticas que foram tecidas à narrativa construída pela autoria e as evidências da constituição de uma concorrência entre autores no mercado editorial didático nacional.

Neste sentido, acionamos como fontes para esta análise a produção historiográfica didática da aludida docente, com ênfase para os livros “Sedição de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte”, “O Sacrifício do amor” e “O Brasil, poema histórico do país”.⁹ Essas obras foram mobilizadas em cotejo com outras fontes, como notícias publicadas em jornais do período, informes do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGPE) e resenhas críticas, ou seja, um conjunto de escritos que sinaliza sobre a recepção da produção da pensadora da história.

Os meandros da inserção de Isabel Gondim no campo intelectual brasileiro foram marcados por antagonismos. Por um lado, em diferentes momentos entre o final do século XIX e início do XX, ela proferiu conferências no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, sodalício do qual ela era sócia-correspondente. Essa inserção em instituições acadêmicas constitui um forte indício de seu diálogo no campo intelectual e da constituição de

⁸ A recepção neste artigo foi pensada a partir da leitura de Roger Chartier acerca da história da leitura (1994).

⁹ Esses livros foram digitalizados pelo Laboratório da Imagem (LABIM) do Departamento de História da UFRN, em um valioso processo de salvaguarda da memória historiográfica do Rio Grande do Norte. Agradeço à Íris Álvares Dantas pela disponibilização das fontes.



redes de sociabilidades. Por outro lado, em terras potiguares, a sua inserção foi muito mais lenta. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902, no mesmo contexto das publicações de Isabel Gondim, não a incluiu no grupo de seus sócios. Ela iria integrá-lo somente nos idos de 1929, poucos anos antes do falecimento. Câmara Cascudo, uma das principais vozes da historiografia norte-rio-grandense, a descrevia como uma mulher isolada e que escreveu até morrer.

São frestas que revelam uma mulher letrada ambivalente na escrita e no fazer da história. Revela também um cenário intelectual em disputa, tingido pela demanda por história e, concomitantemente, por tensões no embate acerca do pioneirismo nos fazeres historiográficos. Com isso, torna-se possível entender os usos de narrativas sobre o passado no processo de reinvenção de uma identidade nacional, possibilitando a elucidação da assertiva de Rémond na qual a “história política articula o contínuo e descontínuo, registros desiguais” (RÉMOND, 2007, p. 35).

Deste modo, torna-se salutar pensar esses escritos educacionais não circunscritos na figura de um sujeito individual e desprovido de contato com seus pares. Pelo contrário, Isabel Gondim sinaliza a mediação de uma cultura educacional por confronto de ideias, de seu diálogo com outros intérpretes coetâneos, entre os quais Affonso Celso. Neste sentido, ela se tornou uma difusora de uma cultura política republicana e, como intelectual, construiu uma rede de sociabilidades com alguns dos mais proeminentes intelectuais da Primeira República.

Ao vasculhar sobre a trajetória de Isabel Gondim em seus fazeres historiográficos, corroboramos com o processo de renovação dos estudos acerca do papel exercido pelos intelectuais brasileiros acerca das questões políticas. Ao escrever sobre episódios históricos que tinham como atores seus familiares, ela buscou reivindicar o protagonismo de seus antepassados e fazer da história “um altar de culto à justiça”, espaço privilegiado para revelar “as injustiças da humanidade”, ou seja, edificava a visibilidade dos familiares que protagonizaram episódios do passado. Neste sentido, pensar a personagem por meio de sua escrita, na mobilização do conhecimento histórico, perpassa por “uma abordagem da história dos intelectuais, que exige reflexão sobre a própria categoria em sua historicidade e complexidade” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 11).

A atuação de Isabel Gondim ao longo dos primeiros decênios republicanos elucida para a adoção de uma postura intelectual. Contudo, a compreensão dessa postura exige uma



articulação com a dimensão política. Neste sentido, discordamos da perspectiva restrita proposta por Thomas Sowell, de situar que o “trabalho de um intelectual começa e termina com ideias, sem levar em conta a influência que essas ideias possam ou não exercer sobre a vida concreta - nas mãos de terceiros” (SOWEL, 2001, p. 18). Aqui, acionamos a concepção de intelectual defendida por Sirinelli, a partir de “duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 1998, p. 242). Neste caso, torna-se salutar pensar acerca de seus posicionamentos políticos, os seus enfrentamentos e as estratégias mobilizadas na produção de narrativas históricas voltadas para o ensino, fossem por meio de poesias ou por textos para serem dramatizados.

O texto encontra-se estruturado em dois momentos. Para empreender essa proposta, primeiramente discorreremos sobre os fundamentos metodológicos em escritos históricos a partir das memórias familiares e da recepção no âmbito do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Por fim, nos debruçamos sobre a questão do modelo narrativo mobilizado pela pensadora da história, por meio de “O sacrifício do amor” e “O Brasil, um poema histórico do país”, coadunada com a recepção da obra.

“Antepassados meus com os acontecimentos revolucionários de 1817”

Em tempos republicanos, Isabel Gondim, já como professora primária aposentada, transmutou-se em pensadora da história, por meio da produção de livros voltados ao público mais amplo, utilizando-se de linguagens até então pouco usuais na escrita na história. Com isso, ela escreveu livros como “Sedição de 1817 na capitania ora estado do Rio Grande do Norte”, escrito em 1892 e somente publicado em 1908 e “O sacrifício do amor”, um drama sobre a Guerra do Paraguai escrito em 1870 e publicado apenas no século XX. Neste sentido, é possível afirmar que Isabel Gondim integra o grupo dos pioneiros nos fazeres historiográficos no Rio Grande do Norte, ao empreender ainda no oitocentos o seu processo de construção de leituras atinentes ao passado local, juntamente com Manoel Ferreira Nobre (1877) e Manoel Antônio de Oliveira Coriolano (1881). O seu livro teve uma recepção elogiosa pela imprensa potiguar:

A nossa talentosa e ilustrada conterrânea, professora D. Isabel Gondim, acaba de dar à luz da publicidade *um bom trabalho histórico* sobre a revolução de 1817 neste Estado, então Capitania do Rio Grande do Norte (DIÁRIO DE NATAL, 1908, p. 1).



O livro de Isabel Gondim foi qualificado como “bom trabalho histórico” e enfatizou o fato de ter por escopo a revolução de 1817, a partir das experiências tecidas em solo norte-riograndense. Essa assertiva, de alguma forma, denota alguns aspectos que circundavam os fazeres historiográficos no estado ao longo dos primeiros decênios do século XX, como a demanda por narrativas históricas sobre o Rio Grande do Norte e de letrados que pensassem a história. Tratava-se de um contexto no qual os homens de letras da localidade encontravam-se envolvidos na querela historiográfica e diplomática em relação à questão dos limites. Dessa querela resultou a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para mobilizar pessoas que pensassem a história e para angariar fontes em acervos que versassem acerca da localidade e estivessem custodiados em outros estados (SANTOS, 2020b). Um caso exemplar disso foi a comissão integrada por Tavares de Lyra e Vicente de Lemos. Ambos foram à Recife para realizar o levantamento documental (COSTA, 2017). Com o sodalício potiguar, abria-se espaço para a constituição de acervos (SANTOS, 2020c).

Contudo, apesar de haver o texto elogioso acerca do livro e de elucidar as qualidades da professora primária nos fazeres historiográficos, em um contexto marcado pela demanda por narrativas do passado potiguar, no qual o estado arregimentava pensadores da história para angariar fontes no enfrentamento da “Questão de Grossos” (FERNANDES, 2016), Isabel Gondim não foi recrutada e incluída no seleto grupo de sócios fundadores do sodalício potiguar. Essa ausência é emblemática. Teria sido por uma distinção de gênero nos fazeres historiográficos? Em decorrência de seu estilo de escrita, afeiçoada ao mundo escolar? Ou, ainda, em decorrência de possíveis querelas no âmbito da historiografia norte-riograndense?

Esse é um problema que não apresenta simples solução. Possivelmente, a resposta perpassa por todas as hipóteses aqui aludidas, pois a professora Isabel Gondim teve dificuldades em ser incluída no grupo dos “homens” que pensavam a história na casa da memória potiguar. Luís da Câmara Cascudo, outro letrado que demorou a se tornar sócio do IHGRN, ao escrever sobre a história de Natal, apresentou alguns indícios sobre a dificuldade enfrentada por Isabel Gondim no processo de diálogo com os pares. Em seu entendimento se tratava de uma professora “isolada, sisuda, sem repercussão, escrevendo até morrer” (CASCUDO, 1980, p. 376). De alguma forma, a assertiva defendida por Cascudo corresponde ao modelo de conduta feminina preconizado pela professora primária, no qual, a “senhora que atrai sobre si as vistas dos que a rodeiam pela exagerada animação de suas palavras, ou pela estudada maneira de seu



porte, não compreende o modesto papel que tem a representar na sociedade” (GONDIM, 1879, p. 53).

Trata-se, certamente, de uma assertiva que necessita ser matizada. Primeiramente, no tocante ao fato de ser isolada. Afinal, isolada em relação a quem? É plausível afirmar que se tratava de um isolamento no tocante ao grupo de letrados que se dedicaram aos fazeres historiográficos na cidade de Natal. Apesar de suas inúmeras publicações e, principalmente, da prolífica escrita de manuscritos históricos, somente nos idos de 1929 a pensadora da história se tornaria sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Aliás, ela se tornou a mulher pioneira a adentrar os salões do sodalício na condição de sócia, aos noventa anos.

Contudo, isso não comprova um isolamento. Nem tampouco evidencia a possibilidade de inserção das mulheres em associações de produção historiográfica. E a comprovação dessa variante é a própria Isabel Gondim, que desde 1883 era sócia correspondente do prestigiado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição congênere ao potiguar e onde ela teve ampla inserção, com a realização de conferências e apreciação elogiosa de seus escritos, além de sua retribuição, por vezes com a entrega de documentos e quadros de seus ancestrais. Certamente, esse diálogo com sócios do sodalício pernambucano já corrobora para invalidar a hipótese de se tratar de uma pensadora da história isolada e sem repercussão. Talvez a descrição de sisuda para a professora possa ser entendida como uma reação às ações que a impediram de integrar às agremiações historiográficas do Rio Grande do Norte.

Pelo visto, ocorreu um amplo esforço no âmbito do IHGRN e dos homens que pensavam a história no Rio Grande do Norte para silenciar sobre os escritos de Gondim. Mesmo havendo uma demanda por história e contando com uma mulher que produziu um livro que foi apreciado como “um bom trabalho histórico”, ela não foi elencada para somar esforços na construção de uma historiografia de trincheira na questão dos limites. Mesmo tendo ampla inserção no Instituto de Pernambuco, ela não foi mobilizada para efetivar a heurística acerca de vestígios históricos que comprovassem o direito potiguar de posse ao território. A batalha dos limites ficou a cargo exclusivo dos homens. Daí partia o esforço de Cascudo em apresentá-la como professora primária e não como historiadora. Certamente, não se trata de uma mulher silenciada, sucumbida pela névoa do tempo.

Além disso, Isabel Gondim tem sido consideravelmente evocada como a voz de mulher do final do século XIX, que expressava a visibilidade de intelectuais no Brasil do final do



Império, em pesquisas que vislumbram os diálogos com outras mulheres de seu tempo, como Francisca Izidora (REVORÊDO, 2002) e Anna Ribeiro (MORAIS, 2008). Contudo, apesar das contribuições sobre a atuação docente de Isabel Gondim, a sua produção historiográfica ainda permanece como uma lacuna. Neste artigo, ambicionamos contribuir com o debate acerca do pensamento historiográfico de Gondim, inserindo-a no seleto grupo de mulheres que pensaram a história no alvorecer do século XX e de como essa produção foi recebida pelos pares.

Em seu tempo, dialogou com importantes nomes da *intelligentzia* nacional, participou de algumas agremiações culturais e intelectuais, publicou livros e artigos em jornais. Seus livros foram doados para instituições acadêmicas, que por sua vez divulgavam a recepção em jornais: “registrando a oferta de um volume do poema Brasil, por sua autora, d. Isabel Gondim, sócia correspondente do Instituto” (A PROVÍNCIA, 1913, p. 1). Tratava-se de um livro de história pátria, no qual o passado nacional foi evocado na estrutura de poemas, como mais um indício que corrobora para os experimentos da autora na estruturação das narrativas históricas voltadas para o ensino.

Por meio do livro “Sedição de 1817”, Isabel Gondim buscou sistematizar um escrito acerca da História do Rio Grande do Norte atrelada aos anseios familiares. Identificou seus antepassados envoltos no véu dos acontecimentos de 1817. Reiterou que com base nas narrativas transmitidas por meio da oralidade e fundantes da tradição familiar, buscou “expurgar dos domínios da incerteza factos históricos que provam, a evidência, o amor que esta pequena terra, em que vi a luz, sempre consagrou a independência da pátria” (GONDIM, 1908, p. 7). Em suas palavras, a independência do país tinha iniciado com a sedição de 1817 e parte dos episódios tinham ocorrido em solo potiguar, envolvendo alguns dos seus familiares.

Essa assertiva da professora primária em seus fazeres historiográficos escolares explicitam a pulverização dos sentidos na mobilização do conhecimento histórico ao longo dos primeiros decênios republicanos e relativizam a premissa defendida por Raquel Glazer, no qual as condicionantes no tocante ao social teriam “reiterando, sob a ótica republicana, a tradição vinda do Império, de formulação de um passado homogeneizante, ao apagar as diferenças, ao criar um passado uniforme e semelhante para todos os brasileiros” (GLAZER, 1990, p. 9-10). Pelo contrário, a demanda federalista republicana propiciou a abertura de um amplo campo de disputas pelas narrativas que reafirmavam diferentes protagonismos espaciais atinentes ao passado da nação. Se o problema de fomentar uma história da nação continuava válido, é



importante reconhecer que essa história deveria ser pensada a partir um chão, das unidades da federação, da pátria (na ambivalência de referendar o estado e o país).

Imbuída deste sentido, Isabel Gondim produziu uma narrativa que reafirmava o protagonismo do solo norte-rio-grandense na história pátria. Afilhada de André d'Albuquerque Maranhão, líder potiguar, e para a autora, personagem “heroico da história pátria”, ela elaborou um o texto que buscou “restabelecer a verdade” dos factos, no qual o método para o ofício estaria embasado nas “palestras familiares”. Memórias às quais Gondim entrou em contato durante à adolescência e que constituíam “testemunhos insuspeitos de contemporâneos da época”. O universo privado foi rompido, tornando-se público nos escritos da professora, transpondo a condição de fonte privilegiada para a história. As narrativas femininas repetidas no universo privado lar, galgavam novo espaço, como prova de verdade histórica das testemunhas femininas que tinham passado pela experiência da perda de familiares.

As narrativas do lar foram transmutadas em registros da verdade, alimento para a história. A história do Brasil, passava a ser revista, com deslocamentos dos palcos dos seus episódios, aproximando-se de um passado idílico, tecido nos engenhos do sul da província do Rio Grande do Norte. Tratava-se, em sua acepção, de uma história provida de documentos: “apoiando com provas authenticas um esboço d’esta parte de nossa vida histórica, n’uma de suas mais importantes phases, aos que não desdenham do estudo de um episódio heroico da história pátria” (GONDIM, 1908, p. 8).

Além de envolver-se em disputas no concorrido mercado de livros escolares no Brasil republicano, Isabel Gondim também contribuiu para a construção de um espaço destinado às mulheres em espaços institucionais amplamente marcados pela presença masculina. Certamente, o principal espaço conquistado pela professora primária foi no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, instituição na qual ela já era sócia no início da década de 1880. Ela não apenas se tornou sócia, mas atuou de forma incisiva com a realização de preleções, envio de suas publicações e doações de objetos para compor o acervo museológico. Em 1884, foi publicada a notícia na qual “Um dito da Consocia Isabel Gondim, do 15 do corrente, ofertando um retrato do Reverendo João Xavier Damaso, um dos martyres da sedição de 1817, nesta província” (JORNAL DO RECIFE, 1884, p. 1). Outro exemplo disso foi a sua participação como conferencista no prestigiado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.



D. Isabel Gondim – Regressa hoje no seio de sua respeitável família no Rio Grande do Norte a distinta escriptora D. Isabel Gondim, professora aposentada na capital d'aquelle Estado, (...)leu perante o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano *um bem elaborado trabalho histórico*, sobre a sedição de 1817 em sua terra natal, o qual fez *honra aos créditos literários* da illustrada consocia d'aquelle Instituto, onde consta aos pretendia igualmente, exhibir outros productos de sua dedicação as letras pátrias (JORNAL DO RECIFE, 1892, p. 3).

Esse conhecimento histórico do qual Isabel Gondim se dizia detentora e constituído por meio da oralidade, foi ao longo do livro cotejado com outras fontes, como os denominados “documentos oficiais”. Assim, ela ressaltou que muitos dos indícios acerca da produção elaborada pelos insurgentes foram destruídos após retorno da administração provincial. Tal tema foi apresentado quando a autora se debruçou acerca do papel do reverendo João Damasceno Xavier Carneiro (ator social do qual ela havia doado o retrato para o IAGPE). Em uma viagem à Acari, ele havia deixado na localidade alfaias e alguns “papeis reservados sobre o movimento revolucionário” (GONDIM, 1908, p. 173). Esses papeis serviram como prova apresentada pelo seu amanuense na denúncia de envolvimento do clérigo com os insurgentes, feita às autoridades monarquistas durante a restauração.

A autora aproveitou essa passagem para evidenciar uma questão conceitual no tocante à história. Ao produzir uma cartografia afetiva das memórias familiares e dos documentos espalhados nos arquivos paroquiais do estado, ela buscou definir o seu entendimento sobre a concepção de “verdade” dos fatos. Com isso, afirmou que houve um engano e mesmo com tal prova documental, buscou uma ratificação a qualquer discrepância dos episódios.

A narrativa descreve as paisagens da capitania e as mudanças pelas quais passaram por conta da dinâmica dos acontecimentos. Os espaços passaram a constituir também um espaço de memória para a autora e remontavam às tradições incutidas aos familiares dos envolvidos na insurreição, durante a “desastrosa época de 1817 a 1820”. É o caso da região da cruz do Ribeiro, um ponto de parada, localizado na estrada real pública que interligava o Rio Grande do Norte a Pernambuco. A cruz situava-se na margem esquerda, na confluência dos rios “Ararahy e Trahiry”. Nas narrativas tecidas pela professora:

Nas proximidades d'essa cruz, sob alguma das copas das árvores que marginavam aquella parte da estrada descansavam os insurgentes, e depois os prisioneiros, remetidos do Natal para o Recife, assim como os enviados de



localidades do sul da capitania para a referida capital; ali abriam-se correspondências, cujos destinatários eram por vezes encontrados, faziam-se votos, convenções (GONDIM, 1908, p. 115).

Em várias passagens, a autora se dedica a relatar a situação dos familiares dos envolvidos, principalmente, as mulheres. É uma história da sedição que, de alguma forma, mobilizava o protagonismo feminino no enredo. As mulheres tornaram-se guardiãs das memórias, ritualizavam os espaços e, no seu caso, escrevia a história. Essas mulheres emergiam tanto no que diz respeito à condição de tristeza em decorrência de um impositivo afastamento social, como na angústia das visitas aos prisioneiros, invasões aos imóveis de familiares, perseguições e, também, no confisco dos bens.

O tema do livro inaugural da autora no campo da história é caro principalmente à historiografia pernambucana. Isso é possível mensurar por meio da circulação de comentários acerca do impresso nos periódicos daquele estado no período republicano. Neles eram acusados recebimentos de exemplares, como também notas que versavam sobre o conteúdo apresentado. A recepção ao trabalho da pesquisadora foi referenciada por meio de uma nova palestra realizada no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, que também repercutiu nos impressos locais:

Accusamos, penhorados, o oferecimento de um exemplar do opúsculo intitulado *Sedição de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte*, da lavra da escriptora rio-grandense d. Isabel Gondim.

Trata elle, como o indica o seu título, dos acontecimentos que se desenrolaram naquelle Estado do Norte, em consequência da revolução que rompeu em Pernambuco a 6 de março de 1817.

A bem da crítica histórica e de acordo com as informações que colheu e as tradições de família, outr'ora teve como verdade tudo quanto conseguiu apurar d. Isabel Gondim adiciona ao seu trabalho alguns esclarecimentos acerca da malograda revolução de 6 de março naquela Capitania (JORNAL DE RECIFE, 1908, p. 1).

Desta forma, mesmo não estando no grupo de pesquisadores que vasculhavam os acervos documentais oficiais do país e de sua não participação efetiva nos círculos historiográficos, Isabel Gondim pode ser vista como uma pensadora da história que propôs alguns caminhos para a amplificação do processo de difusão do conhecimento histórico, como a exposição das narrativas do passado em dramas a serem encenados, em poemas ou por meio de memórias familiares. Foi uma intelectual que realizou a heurística nos colóquios familiares,



ao ouvir mulheres que transcreveram cartas dos homens revolucionários, que narraram os episódios nos campos onde ocorreram as batalhas.

Os seus escritos denotavam uma preocupação em ver a história da esfera pública a partir da proximidade e intimidade das memórias privadas, do seio familiar. O seu enredo é enfeitado a partir dos bastidores aparentados que testemunharam as angústias dos protagonistas da história. Uma história pensada a partir da intimidade, de porta adentro. Uma história que tinha como protagonistas do enredo mulheres e homens de sua convivência. Um caso elucidativo dessa operação ocorreu com a descrição dos episódios relativos à fidedignidade da fonte no tocante ao seu tio-avô, o padre João Damasceno que:

(...) e receiando às vezes confiar taes missivas de seu annanuense Manoel Caetano, para esse trabalho de escriptorio por elle assalariado, mandava escrevel-as por sua filha D. Anna Joana Xavier Carneiro, virtuosa e respeitável senhora que em avançada idade morreu donzela, trinta e tantos anos depois de 1817, e com quem vivi, juntamente com meus pais até pouco antes da adolescência, mesmo no sitio Ribeiro, sempre ouvindo aquella senhora referir-se aos acontecimentos revolucionários da mencionada época de 1817, o que constituía quase o assumpto favorito de seu fluente colloquio familiar (GONDIM, 1908, p. 11).

Por essa perspectiva íntima e voraz, a narrativa histórica pensada por Isabel Gondim era um caminho para evocar o sentimento patriótico e coadunava com as prerrogativas cívico-patrióticas pensadas para o ensino de História nas escolas primárias. A complexidade de um passado temporalmente distante partira de uma realidade próxima, no espaço e no sujeito, respectivamente com o cenário do Rio Grande do Norte e das memórias familiares da própria autora. Se, metodologicamente, no âmbito da pedagogia moderna, o ensino deveria partir do simples para o complexo, do próximo para o distante e do concreto para o abstrato, Isabel Gondim passava uma dimensão complementar desta prerrogativa, partindo do emotivo para o racional. A sedição de 1817 passou a ser lida a partir das experiências tecidas no Rio Grande do Norte. Um chão que fez história e que passava a adentrar as páginas dos livros de história.

Além disso, os escritos de Isabel Gondim também possibilitavam a compreensão de seu esforço de mobilização de diferentes estruturas narrativas para a configuração de sua trama histórica. O passado evocado pela emoção e confirmado pelas memórias de entes familiares “insuspeitos” ou até mesmo pela autora transmutada em testemunha ocular, revelava uma perspectiva de escrita da história muito destoante da premissa na qual o historiador deveria



afastar-se do seu objeto, temporal e emocionalmente. Isabel Gondim trilhou um caminho oposto, ao apinhar-se nas veredas familiares para entender a história de sua pátria, enveredando de seus próprios testemunhos. Apesar de seguir caminho oposto da neutralidade, a pensadora da História galgava o mesmo fim de outros profissionais da história de seu tempo: chegar à verdade.

“Algumas cenas na desastrosa Guerra do Paraguai”: a história em drama

Após a escrita sobre a sedição de 1817, Isabel Gondim emergiu no cenário intelectual norte-rio-grandense como uma das mais profícuas pensadoras da história estadual. Em 1900, ela publicou a primeira edição de “Brasil, um poema histórico do país”, um livro que cantava o patriotismo do país em poesia. Em 1909 publicou “O sacrifício do amor: drama em cinco atos”. Além disso, deixou o manuscrito “Rio Grande do Norte: noções históricas” e “Resumo da História do Brasil”. Assim, no período posterior à aposentadoria, ocorrida nos idos de 1891, a professora primária escreveu cinco livros de história.

Se trata, de um conjunto de textos escolares de história que denotava a preocupação da professora aposentada com o fomento aos princípios cívico-patrióticos. O que esses escritos historiográficos podem suscitar? Certamente, evidenciavam uma mulher letrada em deslocamentos. No cambiar entre a monarquia e a república, a professora habilmente identificou o emergir de uma nova demanda na produção de livros escolares e passou a dedicar-se quase que exclusivamente aos fazeres historiográficos. Neste sentido, além de sua inserção em um contexto marcado pela efusão de sentimentos patrióticos e da tentativa de reafirmar o compromisso com a justiça histórica de antepassados, a questão do mercado editorial não pode ser negligenciada. A docente preocupou-se em publicar os seus escritos, adaptando-se às demandas políticas emergidas com a república.

Diante dessa produção historiográfica, é possível evocar alguns problemas. A professora primária Isabel Gondim era uma letrada que havia se notabilizado pelo exercício do magistério e pela produção bibliográfica, notadamente, peças de teatro, livros de poesias e textos de história. Desse modo, a construção da concepção de história gestada pela professora reverbera alguns elementos que necessitam ser observados. Entre os quais, a sua mobilização da narrativa para a produção de leituras atinentes ao passado da nação de forma que se tornasse inteligível



e sensível para os alunos. Uma narrativa histórica que fosse capaz de mobilizar a afetividade, de fomentar o patriotismo. Essa leitura corrobora com o argumento acerca das práticas educativas ao longo da Primeira República, no qual “a história do Brasil tem sido apresentada para forjar uma nação coesa, detentora de um único passado” (BITTENCOURT, 1990, p. 13). Contudo, essa nação partia do chão potiguar.

Foi por meio da produção livros escolares como “Sedição de 1817” e “O sacrifício do amor” que a narrativa da história evocou outras dimensões. Foram livros que mobilizaram uma reconfiguração da metodologia da história, na qual as memórias familiares foram elencadas como recurso para a construção da “verdade histórica”. De igual modo, os seus trabalhos se utilizavam de novas linguagens para a construção da trama histórica, transitando entre uma história pública tingida pela esfera privada e na construção da história por meio de uma trama teatral.

As cenas evocadas em sua peça de teatral possibilitavam levar os acontecimentos de uma guerra brutal para o campo da interpretação nos palcos escolares. Crianças e adultos reproduziriam as falas, evocariam o passado como uma lição democrática no presente. O caráter cívico-patriótico do livro foi ressaltado pelo prefaciador, Affonso Celso, presidente do prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas palavras do prefaciador:

Basta a recomendar o trabalho de V. Ex. o sopro de patriotismo que o anima e faz reviver aos olhos da fria geração contemporânea a quadra de zelo cívico e heroísmo que foi a da campanha do Paraguai. Permita-me V. Ex. a honra de subscrever-me (CELSONO, 1909, p. 2).

A história evocada pela professora Isabel Gondim apresentava uma narrativa que transmutava a questão do tempo. A metodologia da história, aludida na escrita da narrativa sobre os acontecimentos da Guerra do Paraguai tornava possível reconstituir as cenas dramáticas do passado. Como uma epopeia, os fatos animariam as novas gerações, ao fazer “reviver aos olhos da fria geração contemporânea”.

A narrativa resultante da lavra de Isabel Gondim enfrentava problemas centrais no tocante ao ofício do historiador, como o equilíbrio entre “a animação” dos jovens pelo fervor patriótico e o compromisso inalienável com a verdade. Ou seja, ao mesmo tempo, ela buscou atender às prerrogativas de um debate acadêmico de compromisso com a revelação da verdade histórica e foi além, ao investir em modelos narrativos que eram alternativos aos fazeres



historiográficos acadêmicos, por meio do uso de poemas e dramas. A experiência docente redimensionou os seus fazeres historiográficos. A sua escrita buscava tonar visível e audível os exemplos do passado, com uma reestruturação da ideia de história como mestra da vida. No entender da pensadora da história, quando,

a um vexatorio recrutamento succedêra o alistamento de Voluntários da Pátria, esbocei o seguinte Drama, sem dúvida imperfeito, cujo principal assumpto fôra esse alistamento, e especialmente apresentar ao público exemplos das virtudes que mais convém moldar nas famílias, encarecer-lhes o valor, e por ellas attrahir os corações (GONDIM, 1909, p. 3).

Os escritos de Isabel Gondim ao longo dos primeiros decênios republicanos denotam para uma atuação da docente como uma pensadora da história, ou seja, ela integrou um grupo de intelectuais que repensou a história pátria em seu processo de escrita e de ensino. Neste sentido, vasculhar a produção historiográfica da referida professora é um passo relevante no processo de compreensão da historiografia brasileira e dos fazeres historiográficos no contexto da virada republicana, pois elucida como uma mulher, atuante no magistério primário de uma província do antigo norte do país pensava a história na questão da escrita e da difusão das narrativas históricas para públicos mais amplos, pois, como a própria autora explicitou, buscava “apresentar ao público exemplos de virtudes”.

O ato historiográfico de chegar à verdade dos fatos por meio de uma escrita que expressava sensibilidade, poesia e intimidade, expressava um recurso operacional pouco mobilizado por pensadores da história do período entre o final do século XIX e o emergir do XX. Neste sentido, também é relevante pensar como as obras da professora foram recebidas no meio intelectual. “O sacrifício do amor”, que tem como escopo a história da Guerra do Paraguai, por exemplo, foi prefaciado pelo prestigiado intelectual Affonso Celso, autor de um dos maiores sucessos editoriais entre os livros escolares brasileiros, “Por que me ufano de meu país”, o que denota uma preocupação da autora em buscar a interlocução com autores de livros escolares patrióticos. O prestigiado autor do livro cívico ressaltou as virtudes patrióticas na escrita de Isabel Gondim, capazes de contribuir para a formação de um nobre sentimento de amor à pátria. Em suas palavras, “Denota meritório esforço literário o drama de V. Exc. ‘O Sacrifício do Amor’. Os caracteres estão bem delineados, o trecho é interessante, e, si a acção se mostra, talvez, um pouco lenta, salvam-na os diálogos, cheios de ardor patriótico” (CELSO, 1909, p.



2). Diálogos cheios de ardor patrióticos que tornavam a professora do antigo norte do Brasil em uma relevante voz no processo de fomento ao sentimento cívico.

Essa apreciação elaborada por Affonso Celso foi compartilhada por setores da imprensa na capital nacional. Em 1909, a “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro publicou uma notícia elogiosa acerca de seu drama histórico:

O sacrifício do amor

É este o título de um drama em cinco atos, de que é auctora D. Isabel Gondim, professora aposentada na Capital do Rio Grande do Sul (sic).

Lemos com prazer a peça, um de cujos exemplares nos foi gentilmente oferecido pela ilustre dramaturga. A concepção é vasta e obedece aos largos intuitos patrióticos de fazer reviver scenas e episódios de um tempo em que o Brasil se cobriu de glórias na campanha do Paraguai.

A auctora era ainda muito criança, quando se deu o conflito com a nação vizinha, mas percebe-se, pela leitura da sua obra, que ella ainda tem bem vivos na memória episódios de um trágico intenso.

Todos os finais de actos são altamente dramáticos... As scenas se desenrolam num crescendo de interesse que prende o leitor, tirando-lhe qualquer pretexto de aborrecimento.

Creemos que, representado, com as modificações que forem precisas, o drama agradará, mesmo porque nunca recordamos, com um vivo interesse, factos que foram de tanto alcance para a vida nacional.

A impressão é boa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909, p. 3).

A recepção da dramaturgia em enredo histórico foi elogioso e expressava a pertinência de pensar o passado pátrio a partir de suas memórias familiares. Ressalta-se que um dos termos mais acionados para avalizar o drama histórico foi “vivo”: tem-se na autora “bem vivos” na memória os episódios trágicos. O livro tenderia a agradar por manter “um vivo interesse” para a “vida nacional”, afinal, os intuitos patrióticos levavam a “reviver as scenas”. A história, habituada a enredos protagonizados por mortos, faraós aprisionados em seus sarcófagos, passava a ter uma trama atinente a um sangrento episódio da história nacional pensada a partir da intimidade familiar e apta para ser encenada por crianças e jovens. Essa dimensão que atribuía uma camada de intimidade aos textos históricos coadunava com o método intuitivo no âmbito do ensino de história, que tinha como prerrogativa partir do simples para o complexo, do próximo para o distante, do conhecido para o desconhecido (SANTOS, 2013). Contudo, existem ressalvas à recepção de seus livros. A principal crítica ocorreu também em relação ao “O sacrifício do amor”, com a áspera resenha publicada por Osório Duque Estrada, autor do Hino Nacional Brasileiro.



A peça é um verdadeiro desastre, ou antes, uma semsaboria, que não merece a pena de uma analyse literária. O leitor poderá fazer ideia do merecimento artístico de tal trabalho por uma simples observação a que limitaremos a critica de tão monumental produção.

A autora é professora aposentada na capital do Rio Grande do Norte. Pois bem: na impossibilidade de transcrever todos os erros crassos de portuguez que se encontram no seu trabalho, vamos citar apenas os principais(...) (ESTRADA, 1909, p. 1).

Em um texto mal-humorado, o intelectual fluminense elenca os erros de concordância do livro e o descreve como inútil. Contudo, o fato de o livro ter sido alvo de uma resenha já expressa a inserção da autora no círculo intelectual de seu tempo. Além disso, Osório Duque Estrada era um resenhista que costumeiramente tecia críticas à produção de livros escolares destinados ao ensino primário, principalmente, os que foram elaborados por professoras, como Esmeralda Masson de Azevedo e Isabel Gondim (SANTOS, 2018).

Em parte, essas críticas ácidas eram oriundas de uma apreciação resultante de um olhar interessado, tendo em vista que o próprio Duque Estrada era autor de livros escolares. Livros que, ao contrário das obras das mestras primárias, não foram aprovados pelas diretorias da instrução pública. Esse certamente constituía um componente que tornava a crítica mais áspera. A rejeição aos escritos de mulheres professoras que escreviam livros escolares revelava muito mais do que uma pretensa inaptidão dessas mulheres para a escrita, mas sim, os interesses ocultos de intelectuais que tentavam galgar maior espaço no mercado editorial didático no Brasil do emergir do século XX. Neste sentido, não estavam em jogo apenas projetos políticos atinentes ao futuro da república brasileira, mas também, os elementos que norteariam a constituição de uma rede de sociabilidades entre autores e autoras de livros escolares de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isabel Gondim foi uma professora primária emblemática nos fazeres historiográficos escolares do Brasil nos primeiros decênios do século XX, notadamente, por enfrentar a escrita em modelos narrativos até então pouco usuais na historiografia. A partir de sua experiência tecida no chão da escola, a docente produziu livros de história que se destacaram pelas inovações na estrutura das narrativas ao acionar a dramaturgia e a poesia como forma de aproximar os enredos históricos da realidade infantil.



A atuação da docente nos fazeres historiográficos possibilitaram a compreensão dos embates intelectuais envolvendo o exercício do protagonismo no mercado editorial didático no Brasil no emergir do século XX, por meio das estratégias de divulgação, como a doação de livros para instituições culturais e jornais de diferentes estados, bem como, por meio da publicação de críticas que desqualificavam obras de possíveis concorrentes.

O vasculhar dos meandros da trajetória de Isabel Gondim revela as ambivalências do cenário intelectual no antigo norte do Brasil. Por um lado, era recorrentemente acionada por instituições como o IAGPE para falar sobre eventos históricos, como a revolução de 1817. Em Pernambuco, Isabel Gondim se tornou uma voz ativa, uma pensadora da história que era ouvida pelos sócios do sodalício. Por outro lado, entre seus conterrâneos, o processo de construção das redes de sociabilidades tornou-se mais árido.

Com isso, é possível afirmar que os impactos historiográficos de Isabel Gondim foram bifurcados. Ressoou no âmbito dos eruditos acadêmicos, com a recepção de seus textos e conferências no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. No processo de arregimentação de intelectuais pelo Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, acabou por ser ignorada. Contudo, seu maior eco ocorreu no espaço escolar. Isabel Gondim tornou-se pioneira na produção de livros escolares de história no Rio Grande do Norte.

Partindo dessa acepção, é possível vislumbrar a possibilidade de entender os embates políticos em escritos escolares. Torna-se plausível perceber que nos traços tingidos pela pena de uma mestra primária, em papéis amarelados, constituíam-se enredos dramáticos e poéticos. A história era diluída em narrativas épicas e íntimas. Um ato historiográfico que ia além de uma pretensa infantilização da história. No “ardor patriótico” e de justiça histórica, “nos plácidos campos do papel e aos golpes da pena”, Isabel Gondim produziu narrativas escolares que possibilitavam a compreensão de atores que viviam nas zonas de fronteiras, nas margens sociais, nas sombras da história. Rompeu com a penumbra da injustiça. Alçou as cortinas do tempo e lançou seus familiares no palco da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A PROVÍNCIA. Instituto Archeológico. In: **A Província**. Recife, Nº 328, 29 de novembro de 1913, p. 1. 1913.



BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CELSONO, Affonso. Excelentíssima Senhora Dona Isabel Gondim. In: GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor: drama em cinco atos**. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary del Priore. Brasília: UNB, 1994.

COSTA, Bruno. *A “casa da memória norte-rio-grandense”: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)*. 2017, 340f. **Tese (Doutorado em História)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DIÁRIO DE NATAL. Sedição de 1817. In: **Diário de Natal**. Natal, nº 3414, 21 de março de 1908, p. 1.

ESTRADA, Osódio Duque. Registro literário (O sacrifício do amor, de d. Isabel Gondim). **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, Nº 2910, 5 de julho de 1909, p. 1.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-riograndense (1894-1920)**. Natal: IFRN, 2016.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O sacrifício do amor. In: **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, Nº 193, 12 de julho de 1909, p. 3. 1909.

GONDIM, Isabel. **O sacrifício do amor: drama em cinco atos**. Rio de Janeiro: Typographia Commercial, 1909.

GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na província ora estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa, 1908.

GONDIM, Isabel. **O preceptor**. Recife: Imprensa Industrial, 1923.

GONDIM, Isabel. **Reflexões às minhas alumnas: para leitura nas escolas primárias do sexo feminino**. Rio de Janeiro: Typographia Popular, 1879.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. “Apresentação: intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo”. GOMES, Â.; HANSEN, P. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



JORNAL DO RECIFE. Concelho Superior de Instrução Pública. In: **Jornal do Recife**, Recife, nº 98, 2 de maio de 1897, p. 3. 1897.

JORNAL DO RECIFE. Instituto Archeologico. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº 27, 28 de novembro de 1892, p. 1.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº 171, 26 de julho de 1884, p. 3.

JORNAL DO RECIFE. Sedição de 1817. In: **Jornal do Recife**. Recife, Nº241, 23 de outubro de 1908, p. 1.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. No. 1, 2001, p. 9-44.

MORAIS, Maria Arisnete C. Escritoras oitocentistas: Isabel Gondim e Anna Ribeiro. **Educação e Linguagens**. Campo Mourão, Ano 11, nº 18, 2008, p. 84-106. 2008.

MORAIS, Maria Arisnete C. **Isabel Gondim**: uma nobre figura de mulher. Natal: Terceirize, 2003.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

REWORÊDO, Jacqueline. *Isabel Gondim x Francisca Izidora*: duas visões do amor no teatro no limiar no século XX. 2002, 193 f. **Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2002.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenaz; FERRONATO, Cristiano. “Afortunados os povos que não têm História”: Ruy Barbosa, os pareceres da instrução pública e o ensino de História no Império do Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, J. P. G.; MANKE, L. S; SANTOS, M. F. J. (Orgs). **Histórias do Ensino de História**: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes. Recife: EDUPE, 2020, p. 19-44.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenaz. Sob o falso prestígio do maravilhoso: o ensino de História nos pareceres de 1883. **História & Ensino**. Londrina, Nº 25, vol. 2, 2019, p. 115-137.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenaz. SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Cheios de ardor patriótico”: Isabel Gondim e a escrita de livros escolares de História do Brasil (1892-1909). OLIVEIRA, Wesley; KETLE, Ana Vieira de Oliveira (Orgs). **Usos políticos e a História ensinada**. Ananindeua: Cordovil, 2022, p. 205-216.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Aos que tivessem avidez de saber das cousas pátrias”: Américo Braziliense, a escrita da história escolar e a invenção do espaço paulista (1873-1879). In: OLIVEIRA, J. P. G.; MANKE, L. S; SANTOS, M. F. J. (Orgs). **Histórias do Ensino de História**: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes. Recife: EDUPE, 2020, p. 45-72.



SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)**. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares para crianças. **História Hoje**. Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 12, 2017, p. 204-230.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ensino de História, espaços e cultura política bandeirante: José Scarameli e a escrita de livros escolares para crianças. **Revista História, Histórias**, v. 5, n. 9, 2017, p. 104-126.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Maior somma de factos históricos, elucidados com mais método”: Américo Braziliense e a invenção do espaço paulista na escrita da história escolar (1873-1879). **Almanack**. N. 29, 2021, p. 1-51.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). **IHS: Antiguos jesuítas em Iberoamérica**. Buenos Aires, Vol. 7, ° 2, 2020, 42-62.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil**. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

SILVA, Maiara. Literatura na Província: reflexões sobre o movimento literário natalense em tempos pré-republicano (1861 – 1889). COSTA, B.; FERNANDES, S. **Capítulos de História intelectual no Rio Grande do Norte**. Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: Realizações, 2001.

Artigo recebido em: março/2023

Artigo aceito em: julho/2023